

A METAFILOSOFIA SOLIDARISTA DE RICHARD RORTY E A NARRATIVA DOCUDRAMÁTICA

Edna Maria Magalhães Nascimento ¹

 <https://orcid.org/0000-0001-6855-9642>

Marco Antônio Conceição ²

 <https://orcid.org/0009-0008-2253-4093>

Resumo: O artigo *A metafilosofia solidarista de Richard Rorty e a narrativa docudramática*, apresenta como tema principal o papel efetivo do poder redescritivo do docudrama enquanto demanda da autocriação presente na metafilosofia solidarista de Richard Rorty. A conexão entre a filosofia de Rorty, amparada em novos vocabulários que indicam as redescições e o solidarismo ético, com a estratégia filmica do docudrama será abordada a partir dos seguintes pontos: a metafilosofia de Richard Rorty; ruptura com a filosofia tradicional e canônica; características e potencialidades da narrativa docudramática; articulação entre a redescrição filosófica rortyana e o docudrama; docudrama e o legado de Richard Rorty para uma filosofia solidarista. A primeira seção pretende a filosofia de Rorty como uma metafilosofia e elaborar uma resumida caracterização dos aspectos temáticos e metodológicos presentes no percurso do projeto de redescrição filosófica em articulação com o solidarismo e com o ironismo liberal. A segunda seção mostrará características e potencialidades da narrativa docudramática na articulação dessa forma narrativa com o pensamento de redescrição filosófica rortyano. E por fim, na terceira seção será discutida a articulação da narrativa docudramática com o projeto de redescrição filosófica e de filosofia como “utopia liberal” da filosofia solidarista de Rorty.

Palavras-chave: Metafilosofia; Narrativa Docudramática; Redescrição; Solidariedade Humana; Utopia Liberal.



¹Possui graduação em Licenciatura Plena Em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí (1985), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2002), doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e Pós-doutorado em Filosofia, na área de epistemologia contemporânea, realizado na Universidade de Navarra- Espanha(2016/2017). Atualmente é professora Associada III, da Universidade Federal do Piauí, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação - DEFE/CCE. E-mail: magaedna@yahoo.com.br

² Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI. Doutorando e mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. E-mail: marco100s@hotmail.com

RICHARD RORTY'S SOLIDARIST METAPHILOSOPHY AND DOCUDRAMATIC NARRATIVE

Abstract: The article Richard Rorty's solidarist metaphilosophy and docudramatic narrative presents as its main theme the effective role of the redescriptive power of docudrama as a demand for self-creation present in Richard Rorty's solidarist metaphilosophy. The connection between Rorty's philosophy, supported by new vocabularies that indicate redescrptions and ethical solidarity, with the filmic strategy of docudrama will be approached from the following points: Richard Rorty's metaphilosophy; rupture with traditional and canonical philosophy; characteristics and potentialities of the docudramatic narrative; articulation between Rorty's philosophical redescription and the docudrama; docudrama and Richard Rorty's legacy for a solidarist philosophy. The first section intends to present Rorty's philosophy as a metaphilosophy and prepare a brief characterization of the thematic and methodological aspects present in the course of the project of philosophical redescription in conjunction with solidarism and liberal ironism. The second section will show characteristics and potentialities of the docudramatic narrative in the articulation of this narrative form with Rorty's thought of philosophical redescription. And finally, in the third section, the articulating the docudramatic narrative with the project of philosophical redescription and philosophy as a “liberal utopia” of Rorty's solidarist philosophy will be discussed.

Keywords: Metaphilosophy; Docudramatic Narrative; Redescription; Human Solidarity; Liberal Utopia.

LA METAFILOSOFÍA SOLIDARISTA Y LA NARRATIVA DOCUDRAMÁTICA DE RICHARD RORTY

Resumen: El artículo Metafilosofía solidarista y narrativa docudramática de Richard Rorty presenta como tema principal el papel efectivo del poder redescritivo del docudrama como demanda de autocreación presente en la metafilosofía solidarista de Richard Rorty. Se abordará la conexión entre la filosofía de Rorty, sustentada en nuevos vocabularios que indican redescrpciones y solidaridad ética, con la estrategia filmica del docudrama desde los siguientes puntos: La metafilosofía de Richard Rorty: ruptura con la filosofía tradicional y canónica; características y potencialidades de la narrativa docudramática: articulación entre la redescrpción filosófica de Rorty y el docudrama; docudrama y el legado de Richard Rorty para una filosofía solidarista. La primera sección pretende considerar la filosofía de Rorty como una metafilosofía y elaborar una caracterización resumida de los aspectos temáticos y metodológicos presentes en el transcurso del proyecto de redescrpción filosófica en conjunto con el solidarismo y el ironismo liberal. La segunda sección mostrará características y potencialidades de la narrativa docudramática en la articulación de esta forma narrativa con el pensamiento de redescrpción filosófica de Rorty. Y finalmente, en la tercera sección, se discutirá la articulación de la narrativa docudramática con el proyecto de redescrpción filosófica y la filosofía como “utopía liberal” de la filosofía solidarista de Rorty.

Palabras clave: Metafilosofía; Narrativa docudramática; Redescrpción; Solidaridad humana; Utopía liberal.

Introdução

A partir das influências da filosofia analítica anglo-americana e da tradição hermenêutica continental foi constituído o neopragmatismo de Richard Rorty. A produção teórica de Rorty constitui um referencial relevante para compreender a interlocução conflituosa entre as tradições continental e analítica, bem como alguns aspectos relativos ao problema da

ascensão, declínio e continuidade dentro e fora dos respectivos movimentos filosóficos (Bernstein, 1997; Silva, 2008). O filósofo contemporâneo Richard Rorty (1931-2007), cujas ideias refletem consideráveis influências dos pragmatistas clássicos John Dewey e William James e dos filósofos pós-analíticos Willard von Omar Quine, Wilfrid Sellars e Donald Davidson, direcionou suas derradeiras reflexões filosóficas para temas relacionados ao campo da tradição hermenêutica continental, tais como: a linguagem como prática social, a política cultural e a ética solidarista sem fundamentos (Gross 2008; Rorty, 2007; Silva, 2019).

Rorty considera que os movimentos revolucionários, do século XVIII, na Europa, produziram novos vocabulários das relações sociais e mudanças em todos os espectros das instituições. Entretanto, compreende também que tais mudanças não podiam ser absorvidas e substituídas da noite para o dia. Para o filósofo “[...] há cerca de duzentos anos, a ideia de que a verdade era produzida, e não descoberta, começou a tomar conta do imaginário europeu” (Rorty, 1994b, p. 25) e esse fato concorreu para a aceitação pelos intelectuais da política utópica que “[...] deixa de lado as indagações sobre a vontade de Deus e a natureza do Homem, e sonha em criar uma forma de sociedade anteriormente desconhecida” (Rorty, 1994b, p. 25).

Nessa época, para Rorty, os poetas românticos começaram a falar sobre o que acontece quando a arte deixa de ser pensada como imitação e torna-se autocriação do artista. Os artistas reivindicavam para a arte o lugar antes ocupado pela religião e pela filosofia, bem como o lugar que o iluminismo reservou à ciência. Rorty entendia que “[...] os grandes cientistas inventam descrições do mundo que são úteis para fins de previsão e de controle daquilo que acontece, tal como os poetas e os pensadores políticos inventam outras descrições do mundo para outros fins” (Rorty, 1994b, p. 24). Assim, alinhado ao pensamento dos filósofos que são tidos como utopistas políticos e artistas inovadores, Rorty propõe uma filosofia como “utopia liberal” que se baseia no sentimento que devemos desenvolver, não em busca de uma verdade objetiva e redentora, mas em prol de um mundo menos cruel, menos indiferente ao sofrimento alheio e, por sua vez, mais solidarista.

Rorty (1994b, p. 17) denominou como *ironistas liberais* aqueles que “[...] incluem entre esses desejos infundáveis a sua esperança de que o sofrimento venha a diminuir e de que a humilhação causada a seres humanos por outros seres humanos possa terminar”. Ele denominou por *contingência da linguagem* a impossibilidade de encontrar um único vocabulário capaz de substituir a pluralidade de vocabulários existentes, reconhecimento que seria o passo inicial para a proposta de substituição dos discursos por *narrativas*. Estas, funcionariam como “[...] uma realização infundável e prolífera da Liberdade, e não uma convergência para uma Verdade

já existente” (Rorty, 1994b, p. 19). Dessa forma, por exemplo, disporíamos de modos alternativos para abordar as áreas de ética e filosofia política, a partir de versões redescritas de alguns dos principais temas da filosofia rortyana, a saber: a lealdade ampliada e a política cultural. (Rorty, 1999b, 2007)

Quanto às alterações no vocabulário filosófico, Rorty (1994a, 1994b), declara que a mudança já se configura de forma contínua e gradual, visto que é possível constatar hodiernamente a paulatina substituição do sermão e do tratado pelos romances, filmes e docudramas, como principais veículos para a introdução, difusão e debate de temas éticos e políticos. Essas formas narrativas, dentre outras, alcançam de maneira mais ampla, a meta de vislumbrar outros seres humanos como *um de nós* e não como *eles*, pois essa é uma tarefa para gêneros narrativos e não para teorias. Assim, no pensamento rortyano, os referidos gêneros passaram a ocupar o lugar dos vocabulários tradicionais por se mostrarem mais eficazes à provocação e estímulo da capacidade imaginativa (Rorty, 1994b).

Neste esforço de revisão do cânone filosófico, Rorty escreve uma metafilosofia cuja tarefa é minar a confiança que leitor tem na mente como um atributo fundamental na busca pela objetividade do conhecimento. O presente artigo discute a metafilosofia de Richard Rorty e sua intenção de ruptura com a filosofia tradicional e canônica. Em seguida apresentaremos às características e potencialidades da narrativa docudramática: articulação entre a redescrição filosófica rortyana e o docudrama e, por fim, discutiremos o docudrama e o legado de Richard Rorty para uma filosofia solidarista.

I A metafilosofia de Richard Rorty: Ruptura com a Filosofia Tradicional e Canônica

A filosofia de Rorty é considerada uma metafilosofia, por tratar-se de uma filosofia que reflete sobre a própria filosofia. Na medida em que o filósofo escava noções essenciais da filosofia moderna, consequentemente ele abala noções que guiam parte significativa do pensamento contemporâneo.

Conforme o próprio filósofo, o objetivo da sua obra *A filosofia e o espelho da natureza* foi o de [...] minar a confiança do leitor na ‘mente’ como algo sobre o qual se deveria ter uma visão ‘filosófica’, no ‘conhecimento’ como algo sobre o qual deveria haver uma ‘teoria’ e que tem ‘fundamentos’, e na ‘filosofia’ como esta foi concebida desde Kant. (Rorty, 1994a, p. 22-23).

Seguindo outra perspectiva e buscando a solidariedade humana, a abordagem filosófica rortyana se dá numa concepção original dentre as filosofias anglo-americanas. Trata-se de uma filosofia que aborda temas como direitos humanos, racionalidade, sentimentalidade e diferenças culturais, a partir da

proposição de novas noções e projetos filosóficos como: a contingência da linguagem, o ironismo liberal e a redescrição narrativa (Calder, 2006; Rorty, 1994b, 2005, 2007).

Sobre os tópicos indicados, Rorty discutiu no livro *Justice and Democracy: Cross-Cultural Perspectives*, de 1997, o tema da justiça como lealdade expandida. Para o filósofo, todos nós esperaríamos ser ajudados se, uma vez perseguidos pela polícia, pedíssemos para que nossa família nos escondesse. Isso significa que a maioria de nós concederia tal ajuda mesmo sabendo que nossos filhos ou pais são culpados de um crime sórdido. Muitos ficariam motivados em mentir sob juramento no sentido de fornecer a tais filhos ou pais um falso álibi. Mas se uma pessoa inocente é erradamente condenada como um resultado de nosso perjúrio, a maioria de nós fica dilacerada por um conflito entre lealdade e justiça (Rorty, 1997a).

Este conflito só se torna visível quando podemos nos identificar com a pessoa inocente que prejudicamos. Rorty exemplifica:

Se a pessoa é um vizinho, o conflito provavelmente será intenso. Sendo um estranho, especialmente alguém de raça, classe ou nação diferentes, o conflito pode ser consideravelmente mais fraco. Tem de haver algum sentido em que ele ou ela é “um de nós”, antes de começarmos a ficar atormentados pela questão de se fazer ou não a coisa certa quando cometemos perjúrio. Assim, pode ser igualmente apropriado descrever-nos como divididos entre lealdades conflitantes – lealdade para com nossa família e para com um grupo amplo o suficiente para incluir a vítima de nosso perjúrio – antes que entre lealdade e justiça (Rorty, 1997a, p. 497).

Rorty pensa que o compartilhamento amplo de determinados valores e crenças, em prol da sustentação de patamares mínimos de justiça e tolerância, consubstancia uma das tarefas mais importantes a cargo da contemporaneidade. Entretanto, Rorty é cético em relação à adoção de princípios universalistas, nesses assuntos é preferível ser francamente etnocêntrico e confessar a impossibilidade deste feito, descartando-se a fantasia de ter acesso a um fictício mundo da razão e da universalidade (Nascimento, 2020).

A crítica rortyana a uma linguagem filosófica que se mantém fiel aos padrões tradicionais é um tema recorrente em sua obra. Em um dos capítulos de *Ensaio sobre Heidegger e outros* (1999), intitulado *Heidegger, Kundera e Dickens*, Rorty estabelece uma comparação entre o primeiro, filósofo, e os dois seguintes, romancistas. Contrastando Heidegger e Kundera, por exemplo, Rorty considera que, enquanto Heidegger acreditava que sua filosofia “[...] podia escapar da Metafísica, da ideia de uma Verdade Única, historicizando Ser e Verdade” (Rorty, 1999a, p. 107), na visão de Kundera “[...] eternidade e historicidade são noções igualmente cômicas, igualmente essencialistas” (Rorty, 1999, a p. 107). A atividade dos romancistas é valorizada frente à atividade filosófica, por Rorty, porque os primeiros, para o filósofo, nos

mantêm atualizados com a glória e a estupidez de cada era, para que a nossa época possa causar menos sofrimento desnecessário.

Para Rorty (1994b, p.127), “[...] a dor não é linguística. [...] as vítimas de crueldade, as pessoas que sofrem não têm muito a ver com uma linguagem” e o trabalho de divulgar essa dor não fica a cargo dos filósofos, mas, sobretudo, dos romancistas, jornalistas e cineastas. Numa cultura metafísica liberal, a expectativa nutrida perante a teologia, a filosofia e a ciência era de que a partir de uma natureza comum a todos, elas unissem os seres humanos e diminuíssem a crueldade. Contudo, numa cultura ironista, essa função foi repassada para “[...] os romances e as obras etnográficas, que sensibilizam para a dor dos que não falam a nossa linguagem” (Rorty, 1994b, p. 128).

Assim, como a partir do final do século XVIII, a verdade passou a ser vista por muitos intelectuais como feita e não como descoberta, a filosofia ficou dividida entre os que acreditavam nas ciências naturais como reveladoras de verdades e aqueles que encararam a ciência “[...] como mais uma atividade humana e não como o plano em que os seres humanos encontram uma realidade *sólida* não humana” (Rorty, 1994b, p. 24). Alguns filósofos passaram a perceber que “[...] o mundo está diante de nós, mas as descrições do mundo não” (Rorty, 1994b, p. 25), que as linguagens são criações do homem e como descrições são úteis para os fins a que se propõem.

Dessa forma, como as metas humanas são provisórias e norteadas por deliberações morais, questões políticas e problemas sociais específicos de cada sociedade, são sempre passíveis de novas redescrições, sempre priorizando a expansão das liberdades e não a descoberta de uma suposta verdade mais acurada e precisa (Topper, 1995; Rorty, 2002, 2006).

Em virtude disso, Rorty (1994b) pontua que, a pressuposição da existência de uma verdade diante de nós provém “[...] de uma época em que o mundo era visto como criação de um ser que tinha a sua própria linguagem” (Rorty, 1994b, p. 25). Entretanto, a linguagem não é estática e a razão não pode ser substituída pela vontade ou pelo sentimento, pois todos são aspectos das ferramentas humanas (Rorty, 2005). Na argumentação *ad hoc* rortyana, não há critérios específicos para decidir sobre o uso de uma linguagem, nem dentro de nós, nem no mundo (Malachowski, 2002; Silva, 2019).

A partir da filosofia de Wittgenstein, a linguagem passou a ser compreendida tal como uma ferramenta e, conseqüentemente, o significado de um termo é o próprio uso que se faz dele: “[...] uma analogia entre as diferentes funções das palavras com as diferentes funções de ferramentas” (Rorty, 1997b, p. 3, tradução nossa). Rorty, como outros filósofos contemporâneos, adere ao pensamento wittgensteiniano e ainda concebe sua maximização.

Afirma, o filósofo declarava “[...] entenderei por *filosofia linguística* o ponto de vista segundo o qual os problemas filosóficos podem ser resolvidos (ou dissolvidos) reformando a linguagem ou compreendendo melhor a que usamos no presente” (Rorty, 1997b, p. 3, tradução nossa).

Segundo Silva (2019, p. 259), a redescrição da filosofia proposta por Rorty requer a utilização de “várias técnicas *ad hoc*, isto é, noções reformuladas com o propósito de serem usadas para fins específicos”. Dentre elas, “[...] a *narrativa* está fortemente conectada com a ideia de redescrição”; assim, formas narrativas como os romances, filmes, docudramas, histórias em quadrinhos, programas televisivos, adquirem no projeto filosófico rortiano, uma maximização de sentido, pois funcionam como ferramentas de comunicação entre culturas e períodos históricos, minimizando as barreiras impostas pela linguagem discursiva e contando “[...] histórias sobre sofrimentos ou triunfos passados e também sobre cenários alternativos, preferíveis aos atuais” (Silva, 2019, p. 263).

Para Rorty, (1994b, p. 19), obras de ficção como as de Nabokov, muitas delas adaptadas para o cinema, “oferecem-nos pormenores sobre os tipos de crueldade de que nós próprios somos capazes”; e as do romancista Dickens, também com diversas versões filmicas, “oferecem-nos pormenores sobre tipos de sofrimento suportados por pessoas que anteriormente não tínhamos reparado”. Ambos os casos, também proporcionam elementos necessários para a tarefa de autocriação ou autoredescrição (Calder, 2006).

Conquistas revolucionárias, por exemplo, seja no campo das artes, das ciências ou das reflexões morais e políticas, só ocorrem, para Rorty (1994b, p. 34) “[...] quando alguém se apercebe que dois ou mais dos nossos vocabulários estão a interferir um com o outro e tenta inventar um novo vocabulário que substitua os outros dois”. Contudo, a criação de novos vocabulários não se assemelha à substituição de peças de um *puzzle*³, mas, sobretudo, resulta da vontade de autossuperação em lugar da vontade de verdade. Por exemplo, tal como, os romances são adaptados para o cinema, os docudramas são baseados em histórias reais, e ambos estão preocupados com as contingências, ou seja, com aquilo que é imprevisível e que escapa ao controle. O docudrama usa a estrutura narrativa para defender uma visão sobre o assunto que marcou um fato histórico e por isso “os componentes narrativos de personagem, conflito e resolução não podem ser separados da visão da realidade que eles encaminham” (Lipkin, 2002, p. 5, tradução nossa).

³Quebra-cabeça; jogo cujas múltiplas e diferentes peças devem ser ligadas de maneira a compor um todo, normalmente uma paisagem, uma foto etc.

II Características e potencialidades da narrativa docudramática: Articulação entre a redescritção filosófica rortyana e o docudrama

A noção de “utopia” em Rorty, conforme Marques (2022), “[...] vislumbra um futuro em que a palavra ‘tolerância’ seja menos usada e as palavras ‘solidariedade’ e ‘lealdade’ ocupem seu lugar” (Marques, 2022, p. 205). O termo “liberal”, conforme o próprio filósofo, está baseado na definição de Judith Shklar (1928-1992) “[...] que diz que os liberais são as pessoas que pensam que a crueldade é a pior coisa que podemos praticar” (Rorty, 1994b, p. 17). Esta filósofa centrou-se em duas ideias principais: a “crueldade” como o pior mal e o “liberalismo do medo”. O tema da crueldade foi apresentado do ensaio *Putting Cruelty First*, publicado em *Daedalus* (1982) e em *Ordinary Vices* (1984). Quanto ao ‘liberalismo do medo’ a reflexão está exposta em um ensaio com o mesmo título, ocasião em que Shklar denuncia as “inevitáveis desigualdades de poder” que resultam da organização política (Nascimento, 2020).

Assim, a “utopia liberal” proposta por Rorty tem como pressuposto a ideia de contingência (da linguagem, da identidade, de uma comunidade liberal), sobretudo as demandas de autocriação e solidariedade humana. Nessa reflexão, o filósofo desenvolve a ideia de “ironista liberal”.

A noção rortyana de “ironista liberal” é apresentada na segunda parte da obra *Contingência, Ironia e Solidariedade* (Rorty, 1994b), quando o filósofo dedica o capítulo *Ironia privada e esperança liberal* para sua abordagem relacionada com a proposição do método da redescritção. A figura do ironista é um tipo de pessoa contrária ao senso comum e ao metafísico. Na medida em que têm dúvidas sobre o vocabulário que utiliza, percebe que a argumentação gerada a partir dele não conseguirá elucidar tais dúvidas e não pensa que seu vocabulário está mais próximo à realidade que qualquer outro. Os ironistas, ao contrário dos metafísicos, consideram os textos de “[...] todas as pessoas com dotes poéticos [...] como grãos para o mesmo moinho dialético” (Rorty, 1994b, p. 106). Além disso, também sustentam que não existe “[...] uma resposta a uma redescritção a não ser uma redescritção” (Rorty, 1994b, p. 111). O método da redescritção é assim definido:

[...] consiste em redescrever muitas e muitas coisas de novas maneiras, até se criar um padrão de comportamento linguístico, que despertará na geração em formação a tentação de o adoptar, levando-a, dessa forma, a procurar formas novas e apropriadas de comportamento não linguístico, por exemplo, a adopção de equipamento científico novo ou de instituições sociais novas (Rorty, 1994b, p. 30).

De forma bastante diferente, para Rorty (1999a), Heidegger procurou olhar o Ocidente, buscando compreender a essência que há por baixo da sua narrativa. Segundo Rorty, Heidegger considerava, por exemplo, o holocausto como uma estória entre tantas outras, de segunda ordem, tentadora e perigosa. Ao contrário dessa posição, Milan Kundera, autor entre outras obras, do romance *A Insustentável Leveza do Ser* (Kundera, 1984), considerou o projeto heideggeriano como sendo uma fuga do tempo e do acaso para o âmago da historicidade, recaindo no próprio essencialismo. Agir assim, para Kundera é distanciar-se de uma visão da “aventura ocidental como ilimitada”, possível à arte dos romances, em direção ao que o próprio Heidegger considerou quando afirma que o Ocidente exauriu suas possibilidades (Rorty, 1999a, p. 97).

Acerca do romance como fonte do vocabulário moral, Rorty considera Charles Dickens, romancista inglês do século XIX, um criador de personagens resguardados do julgamento de suas virtudes e vícios, pelo fato dos seus próprios nomes assumirem os nomes de “[...] princípios morais e de listas de virtudes e vícios” (Rorty, 1999a p. 109). Com essa proposta, Dickens não visava à transformação de ninguém, com exceção de um aspecto, “[...] que as pessoas observassem e compreendessem umas às outras” (Rorty, 1999a p. 109). Dickens e Heidegger, dessa forma, se opõem quanto à importância e ao poder da narrativa frente ao da teoria; e Rorty compreende, tal como Dickens, a utilidade prevalente da narrativa frente à teoria, justificando-a com base na própria história social no Ocidente,

Dizer que ela é mais frutífera é apenas dizer que, quando nós pesamos o bem e o mal que os romancistas produziram junto com o bem e o mal que os teóricos produziram, nós nos descobrimos desejando que tivesse havido mais romances e menos teorias (Rorty, 1999a, p. 111).

Os detalhes que são desconsiderados por teóricos pela própria natureza da teoria são o que há de mais importante nos escritos dos romancistas, sobretudo, aqueles compreendidos como detalhes desnecessários. Para o filósofo norte-americano, somente na medida em que a filosofia se permitir escapar dessa tentativa de “[...] focalizar todos os pensamentos em um feixe de luz estreito, e de projetá-los para além dos limites de tudo que tenha sido previamente pensado”, ela poderá ter “uma chance melhor de encontrar algo distintivo no Ocidente que possa ser útil ao Oriente, e vice-versa” (Rorty, 1999a, p. 109).

A relação entre filosofia e o cinema, em linhas gerais, vem sendo abordada a partir de diferentes perspectivas. A articulação entre ética e filmes, por exemplo, tem uma vasta produção analisada sob diversos pontos de vista filosóficos, a exemplo de Downing e Saxton, 2010.

Contudo, a relação da filosofia com o docudrama especificamente é ainda mais promitente, visto que o poder dessa forma narrativa é que ela sugere que estruturas axiológicas, morais e políticas perdidas podem ser recuperadas e restauradas, pois “[...] o tratamento de pessoas, incidentes e eventos reais no docudrama, em última análise, permite uma ‘refamiliarização’ moral literal, uma restauração de um sistema moral no universo” (Lipkin, 2002, p. 10, tradução nossa).

O docudrama ou documentário dramático, entre outras formas narrativas apontadas por Rorty em *Contingência, ironia e solidariedade*, é um gênero narrativo que vem ganhando cada vez mais destaque no contexto político, crítico e social, tanto nos EUA quanto na Europa. Para Lipkin (2002), no docudrama televisivo ou cinematográfico as potencialidades visuais e imagéticas do filme de cinema encontram um poder ainda maior. Quando uma obra se declara baseada em uma história verdadeira, ela assume, por um lado, a pretensão de representar eventos e pessoas da forma que realmente eram, e por outro lado, a de envolver o público na experiência de uma história narrada. Para ele, o docudrama é uma forma híbrida, que combina o material “documentário” com o “drama”, particularmente o melodrama, e escala “[...] as cercas entre narrativa e documentário, mesclando as estratégias de ambos, sem pertencer integralmente a nenhum deles” (Lipkin, 2002, p. 10, tradução nossa).

Entre os elementos definidores primários dos docudramas, além de uma codificação melodramática e da problemática moral e ética, para Lipkin (2002), estão suas próprias raízes indexais. Neles, as narrativas tentam nos persuadir com uma lógica de iconicidade motivada, e como os docudramas se originam de acontecimentos e nomes conhecidos, esses, justificam o material para a abordagem fílmica. Ou seja, são narrativas que partem de acontecimentos reais, que foram suficientemente importantes para reportagem e que não deixam de ser uma perspectiva possível de abordagem do real, pois somos provocados “[...] a considerar que eles podem ter acontecido ‘assim’, na versão agora oferecida como longa-metragem docudrama” (Lipkin, 2002, p. 5, tradução nossa). Contudo, para Lipkin (2002), a escolha do docudrama, oferece uma segunda versão, pois “[...] materiais documentais ‘reais’ não existem ou por si só são incompletos ou insuficientes para tratar o assunto de forma adequada” (Lipkin, 2002, p. 5, tradução nossa).

III Docudrama e o legado de Richard Rorty para uma filosofia solidarista

Na obra *Contingência, ironia e solidariedade*, os capítulos intitulados *O barbeiro de Kasbeam: Nabokov e a crueldade* e *O último intelectual da Europa: Orwell e a crueldade* são dedicados à exposição de dois romances que, por caminhos distintos, “[...] dramatizam a tensão

entre a ironia privada e a esperança liberal” (Rorty, 1994b, p. 183). Após esses dois capítulos dedicados à abordagem do tema crueldade, segue o último capítulo da obra intitulado *Solidariedade* que é iniciado com a abordagem da condição judia no Holocausto, um tema que é objeto de muitas e importantes abordagens por diversas formas narrativas, mas que atingiu sua maior popularidade através do docudrama *A lista de Schindler* (EUA, 1993), dirigido e produzido por Steven Spielberg e escrito por Steven Zaillian.

Os romances de Nabokov e Orwell abordados por Rorty na obra *Contingência, Ironia e Solidariedade*, são obras capazes de nos mostrar como a nossa busca por autonomia ou obsessão por perfeição, pode nos tornar alheios à dor e humilhação que podemos causar a outrem. Com exceção de uma menção feita na referida obra, Rorty não discorreu detalhadamente sobre a narrativa docudramática, porém, a narrativa docudramática expôs sobre a sua filosofia. O docudrama *Orwell Against the Tide* ou *Orwell contra a maré* (2003), uma coprodução internacional, conforme seu produtor e diretor Mark Littlewood é um filme sobre George Orwell da perspectiva do lutador pela liberdade, que a partir de “dramatizações quase suficientes de passagens de *Homage to Catalonia* [*Homenagem à Catalunha*] e comentários altamente carregados dos filósofos Richard Rorty e Noam Chomsky, [...] mostram suas simpatias radicais” (Ryan, 2018, p. 241, tradução nossa). Especificamente, sobre a participação de Rorty no referido docudrama, temos:

O clima é definido nos primeiros minutos, quando o professor Rorty da Universidade de Stanford afirma que, onde quer que as pessoas estejam lutando pela liberdade política, elas reconhecerão figuras como O'Brien e instituições como o Ministério da Verdade. 'Onde quer que o alto oprima o baixo', diz ele, 'haverá algo que Orwell diagnosticou' (Ryan, 2018, p. 241, tradução nossa).

Rorty (1994b, p. 19) considera o docudrama um gênero narrativo capaz de “descrever pormenorizadamente como são as pessoas que não nos são familiares e de nos redescrevermos a nós próprios”, participou do referido docudrama que trouxe à tona a opressão aos birmaneses e declarou que as funções policiais de Orwell lhe deram material para o resto de sua carreira de escritor (Ryan, 2018, tradução nossa). Nesse sentido, a obra *Real Emotional Logic: Film and Television Docudrama as Persuasive Practice* ou *Lógica emocional real: docudrama de cinema e televisão como prática persuasiva*, assevera que ao fundir o documentário com a narrativa, o docudrama torna-se adequado para propor um argumento persuasivo, pois “sua

estrutura narrativa justifica as afirmações desenvolvidas a partir de ‘dados’ documentais” (Lipkin, 2002, p. 55, tradução nossa).

Em *Docudrama on European Television: a Selective Survey* ou *Docudrama na televisão europeia: uma pesquisa seletiva*, temos a apresentação de um histórico dessa forma narrativa, organizado a partir de dois fatores pragmáticos: o primeiro, o livro é fruto de um interesse acadêmico comum no domínio das tradições de tela do docudrama anglo-americano; o segundo, a obra argumenta em geral que o gênero foi feito para os novos tempos. A arte docudramática, baseada em fatos, “[...] floresceu durante este período [como] parte de um *zeitgeist* milenar [...], um tempo quando a nova Europa é um lugar de dúvida e dificuldade, em vez de um ponto estável no Fim da História” (Hartmann; Paget, 2016, p. 3, tradução nossa). Consideramos que o filósofo neopragmatista concordaria com esta utilidade das múltiplas narrativas docudramáticas, numa época marcada pela ausência de fundamentos ou paradigmas, haja vista a sua seguinte declaração:

Não creio que nós, liberais, possamos imaginar agora um futuro de dignidade humana, liberdade e paz. Isto é, não podemos contar a nós próprios uma história acerca do modo de, a partir do presente real, chegarmos a tal futuro. Podemos representar vários cenários socioeconômicos que seriam preferíveis ao atual. [...]. Nós, liberais, não dispomos de um cenário plausível em grande escala para mudar esse mundo de forma a concretizar a possibilidade técnica da igualdade humana (Rorty, 1994b, p. 227).

Tal afirmação de Rorty corrobora com uma particularidade especial do docudrama, que é contar “[...] como seres humanos reconhecíveis governam, lutam, julgam, enfrentam, negociam, suprimem e subvertem” (Edgar, 1999, p. 47, tradução nossa). Tal particularidade apontada por Edgar, caracteriza o docudrama como forma narrativa privilegiada para a filosofia no sentido atribuído pelo projeto filosófico rortyano de “utopia liberal”. Vislumbrando a “solidariedade humana”, através de formas narrativas como os docudramas, torna-se cada vez mais possível, “[...] distinguir questões públicas de questões privadas, questões sobre dor de questões sobre o sentido da vida humana, o domínio do liberal do domínio do ironista” (Rorty, 1994b, p. 246).

Considerações Finais

A partir da proposta de uma filosofia que não está preocupada com a natureza intrínseca da verdade, nem com a análise dos prós e contras de uma tese filosófica, mas com a ideia de que as disputas podem ocorrer entre um vocabulário arraigado, que já se tornou obsoleto, e um

novo vocabulário que traz pelo menos a vaga promessa de algo significativo, configura-se a metafilosofia rortyana. As categorias denominadas de “narrativas”, “conversação”, “redescrição”, “ironista liberal” e “solidariedade” concorrem para a produção dessa metafilosofia cujo vocabulário novo privilegia a *contingência da linguagem* e ajuda na proposição de uma *utopia liberal*.

Rorty (1994b) foi um dos primeiros a defender o aspecto filosófico dos docudramas. Contudo, embora ele tenha expressamente citado o docudrama como uma das formas ancilares da filosofia para a consecução do seu projeto de uma *utopia liberal*, em nenhum de seus escritos posteriores, tal proposta foi retomada ou desenvolvida. Não obstante, consideramos que tal lacuna não implica no abandono da sua proposta inicial, mas apenas um indicativo de sua predileção pela linguagem literária e produções romanescas, frente à linguagem fílmica e às produções docudramáticas, como atestam os seus diversos e derradeiros ensaios (Rorty, 1999b, 2005, 2007).

Acreditamos que Rorty deixa em sua obra, uma considerável abertura para pensarmos novas ferramentas estéticas. O docudrama, como recurso retórico de expressão fílmica da realidade e distinto da sofisticação teórica e em função do poder de convencimento, conversação e sensibilização de uma redescrição docudramática desponta como potente ferramenta *ad hoc* para atingir os fins do solidarismo proposto pela filosofia neopragmatista de Richard Rorty. Televisivo ou cinematográfico, como forma narrativa baseada em fatos, acessível ao público em geral e de reconhecido poder persuasivo, por tais caracteres, o docudrama é uma forma de redescrição capaz de contribuir para a efetivação do solidarismo conforme o projeto de *utopia liberal* proposto na filosofia neopragmatista de Richard Rorty.

Referências

BERNSTEIN, Richard. Pragmatism, pluralism, and the healing of wounds. In: MENAND, Louis. (ed.). *Pragmatism*. New York: Vintage, 1997. p. 382-401.

CALDER, Gideon. *Rorty e a redescrição*. Tradução Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DOWNING, Lisa; SAXTON, Libby. *Film and ethics: foreclosed encounters*. London: Routledge, 2010.

EDGAR, David. Theatre of fact: dramatist's viewpoint. In: ROSENTHAL, Alan. *Why docudrama?*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1999.

- GROSS, Neil. *Richard Rorty: the making of an American philosopher*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- HARTMANN, Tobias Ebbrecht; PAGET, Derek. *Docudrama on European television: a selective survey*. London: Palgrave Macmillan, 2016.
- KUNDERA, Milan. *A insustentável leveza do ser*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- LIPKIN, Steven N. *Real emotional logic: film and television docudrama as persuasive practice*. Washington: Library of Congress, 2002.
- MALACHOWSKI, Alan. *Richard Rorty*. New Jersey: Princeton University Press, 2002.
- MARQUES, Wilker. *Richard Rorty: uma utopia de solidariedade*. Teresina: IFPI, 2022.
- NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães. A redescrição do filósofo: o ironista liberal. *Revista Dialectus*, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 289- 304, 2020.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. Tradução Nuno Ferreira da Fonseca. Lisboa: Presença, 1994b.
- RORTY, Richard. *Ensaio sobre Heidegger e outros*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999a.
- RORTY, Richard. *Justice and democracy: cross cultural perspective*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1997a.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Tradução Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- RORTY, Richard. *Philosophy and Social Hope*. New York: Penguin Books, 1999b.
- RORTY, Richard. *Philosophy as cultural politics: philosophical papers*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. v. 4.
- RORTY, Richard. *Takecare of freedom and truth will take care of itself: interviews with Richard Rorty*. Califórnia: Stanford University Press, 2006.
- RORTY, Richard. *The linguistic turn: recent essays on philosophical method*. Chicago: University of Chicago Press, 1997b.
- RORTY, Richard. *Verdade e progresso*. Tradução Denise Sales. Barueri: Manole, 2005.
- RYAN, David. *George Orwell on screen: adaptations, documentaries and docudramas on film and television*. Jefferson: MacFarland & Company, 2018.
- SILVA, Heraldo Aparecido. A caixa de ferramentas conceituais de Richard Rorty: o uso de técnica ad hoc. *Cognitio Estudos*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 257-267, 2019.

SILVA, Heraldo Aparecido. Pragmatismo, narrativas conflitantes e pluralismo. *Princípios*, Natal, v. 15, n. 24, p. 99-133, 2008.

TOPPER, Keith. Richard Rorty, liberalism and the politics of redescription. *American Political Science Review*, Califórnia, v. 89, n. 4, p. 954-965, 1995, 1995.

Recebido em: 10 de novembro de 2023

Aceite em: 11 de março de 2024